



Novo modelo de gestão processual impulsiona produtividade no TJPE



O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) registrou avanços significativos na produtividade desde a implementação da Central Judiciária de Processamento Remoto do 1º Grau (Cenjud), um novo modelo de gestão processual implantado pelo presidente, Ricardo Paes Barreto.

Em dez meses de atuação, o acervo processual do 1º grau caiu de 1.516.768 processos em maio de 2024 para 1.370.806 em março deste ano, representando uma redução de 9,62%. Além disso, a criticidade processual foi reduzida de 440.982 para 298.154 no mesmo período, uma queda expressiva de 32,39%. Outro dado que demonstra o impacto positivo da iniciativa é a redução no tempo médio de cumprimento dos atos cartorários. Em outubro de 2024, esse prazo era de 126,3 dias. Já no último dia 21 de março, o índice caiu para 78,89 dias, o menor patamar registrado desde a criação da Cenjud.

Presidência e CGJ regulamentam o pagamento do BDJ para 2025



A Presidência e a Corregedoria Geral (CGJ-PE) do TJPE publicaram regulamentação sobre o pagamento do Bônus de Desempenho Jurisdicional (BDJ) para o ano de 2025. O bônus será destinado aos(as) servidores(as) de provimento efetivo e comissionado que estejam em exercício nas unidades de 1º grau e nas unidades de apoio direto à atividade judicante que tenham sido agraciadas com o Prêmio Gestão, Eficiência e Qualidade, da CGJ-PE, durante o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025.

O Ato Conjunto nº 10 tem como base a Lei Estadual nº 15.310/2014 e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pela Portaria CGJ nº 051/2025.

TJPE homenageia “Bravas Pernambucanas” em celebração ao Dia Internacional da Mulher



Na manhã do dia 20 de março, o TJPE dedicou um momento especial para homenagear as “Bravas Pernambucanas”. Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP/TJPE) promoveu uma cerimônia no Palácio da Justiça, para reconhecer as mulheres que fazem a diferença no Judiciário pernambucano.

Na ocasião, o presidente desembargador Ricardo Paes Barreto enfatizou os esforços realizados para reduzir as desigualdades de gênero e reafirmou o compromisso de continuar trabalhando na proteção dos direitos das mulheres.

Confira orientações para Inspeção da Corregedoria Nacional de Justiça

O TJPE publicou, no dia 24, a Portaria 05/2025 da Corregedoria Nacional de Justiça com orientações para serem seguidas durante a inspeção em setores administrativos e judiciais de primeiro e segundo grau no Judiciário pernambucano. A Portaria estabelece o período de 7 a 10 de abril para a referida inspeção, e que os trabalhos forenses e prazos processuais não serão suspensos.

Em razão disso, de 7 a 10 de abril, no horário das 9h às 18h, deverá ter nos setores do TJPE pelo menos um(a) juiz(a) e um(a) servidor(a) com conhecimento para prestar informações à equipe da inspeção, que terá acesso irrestrito aos sistemas judiciais e administrativos do Tribunal.

Fórum do Recife e Esmape contam com sistema sustentável de reutilização de água

Em compromisso com as práticas sustentáveis, essenciais dentro da administração pública, inclusive por seu caráter pedagógico, o Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano e a Escola Judicial (Esmape), do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), contam com uma tecnologia de tratamento e reutilização de água nas dependências do polo judicial, localizado na Ilha Joana Bezerra. Com essa inovação, o Tribunal consegue economizar aproximadamente 370 mil litros de água mensalmente.





Sessão de julgamento na 2ª Instância foi composta só por mulheres

Em 202 anos de história do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), pela primeira vez uma sessão de câmara de julgamento foi composta exclusivamente por mulheres. O marco se deu no dia 21 de março, em reunião da 3ª Câmara Cível, no 1º andar do Palácio da Justiça, com a presença das desembargadoras Andréa Epaminondas Tenório de Brito, Ângela Cristina de Norões Lins Cavalcanti, e a desembargadora em provimento do cargo, Nalva Cristina Barbosa Campello Santos. A sessão inicialmente foi presidida pela desembargadora Ângela Cristina de Norões Lins, sendo repassada posteriormente para a desembargadora Andréa Brito. Integrou também a sessão a procuradora de justiça do Estado, Luciana Marília Martins.



Plataforma Socioeducativa (PSE) do CNJ é implantada com pioneirismo no Judiciário pernambucano

Depois do projeto-piloto realizado no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, o TJPE é o primeiro do País a efetivar a implantação da Plataforma Socioeducativa (PSE) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O novo sistema substitui, com largas vantagens, o Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNACL). Apenas cinco estados receberão a plataforma em 2025.

A Instrução Normativa Conjunta 3/2025, que trata do tema, está disponível na edição 76/2025 do Diário de Justiça eletrônico (DJe) de 28 de março.

Cejusc-Saúde anuncia Mutirão de Conciliação para agilizar resolução de conflitos na área da saúde

O Centro Judiciário de Solução de Conflitos de Saúde (Cejusc-Saúde) da Capital anunciou, no dia 12 de março, o Mutirão Cejusc-Saúde. A iniciativa marca o início das atividades do Centro Judiciário no TJPE, e foi motivada pela 1ª Semana Nacional de Saúde do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que ocorrerá de 7 a 11 de abril. O Mutirão, realizado em parceria com o Nupemec do TJPE, tem como objetivo incluir o maior número de processos aptos à conciliação, promovendo a celeridade na resolução de conflitos na área da saúde.

Ato Conjunto disciplina serviços de perícia

O TJPE publicou o Ato Conjunto 07/2025, o qual disciplina a prestação de serviços de perícia e exame técnico nos processos judiciais, além de reestruturar o Cadastro Eletrônico de Peritos, Entidades e Órgãos Técnicos ou Científicos (CPTEC).

Inicialmente, o Ato esclarece que o CPTEC tem por finalidade o gerenciamento, a seleção e a nomeação de profissionais, entidades e órgãos técnicos ou científicos interessados(as) em prestar os serviços de perícia e exame técnico nos processos judiciais. Interessados(as) em prestar tais serviços ao TJPE deverão se cadastrar no CPTEC, conforme os critérios e as exigências estabelecidos e em edital a ser publicado pela CGJ.

Aplicativo TJPE+ ganha nova funcionalidade

O aplicativo TJPE+ passou a contar, no dia 18 de março, com uma nova funcionalidade que facilita o trabalho de advogados(as) de Pernambuco. A ferramenta representa mais um canal de diálogo com a categoria. Os tipos de atendimento disponíveis agora por meio do app são: agilização de alvarás, solicitação de conclusão e habilitação de advogados.



Declare proteção à Infância: doe parte do seu IR para instituições

Você sabia que pode mudar o destino de uma criança ou de um adolescente? A declaração do imposto de renda pode ajudar a financiar projetos que promovem cuidado, proteção e garantia de direitos a crianças e adolescentes em todo o país. Basta destinar uma pequena parte do seu imposto de renda à Receita Federal, no período de 17 de março a 30 de maio. O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) convida todos(as) a participarem da campanha "Declare proteção à Infância", promovida em parceria com várias instituições públicas e privadas. A campanha teve início no dia 17 de março, por meio de reunião com representantes das instituições parceiras, no Centro Integrado da Criança e do Adolescente (CICA).